

NOVEMBRO - DEZEMBRO 1998



Roteiros

33. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



DIREITOS DO HOMEM



A questão da universalidade dos Direitos Humanos, no ano em que celebramos o 50.º aniversário da Declaração Universal da ONU, está agravada por uma circunstância que pareceu carregada de esperança, e que foi a de todas as áreas culturais do mundo terem finalmente chegado ao diálogo, usando a própria voz, e não a de potências hegemónicas, por regra ocidentais, frequentemente colonizadoras.

A UNESCO anunciou com alegria «um mundo de múltiplas vozes», na convicção de que seria ultrapassada a ambiguidade denunciada por Jacques Maritain, na data de assinatura da Declaração. Interrogado sobre se os peritos tinham chegado a acordo, respondeu que sim, mas que não sabia sobre o quê, antevendo que a semântica teria uma intervenção gravosa no desenvolvimento do processo.

Digamos que a antiga e dolorosa questão da autenticidade da aplicação das declarações de direitos, que o racionalismo liberal consagrou em várias constituições políticas ocidentais, a partir da independência dos EUA, foi acrescida de questões de convergência na leitura dos textos, à medida que a mundialização das interdependências, e a globalização das responsabilidades sectoriais, obrigou às múltiplas leituras das múltiplas áreas culturais.

Talvez seja útil recordar como a Declaração de Filadélfia, ao proclamar a igualdade de todos os homens, e igual direito à felicidade, deliberadamente ignorou a situação de milhões de escravos que também faziam parte da população do que viriam a ser os Estados Unidos da América.

Eram três milhões de seres descendentes das vítimas do tráfico, que não tinham sido integrados na Nação que se proclama independente, branca e temente a Deus, que deveriam esperar pelo adiantado século XX para, conduzidos por líderes como Luther King, conseguirem que o chamado movimento dos *civil rights* vencesse a discriminação estrutural daquela sociedade, hoje talvez mais multicultural do que nacional.

Movimento este que não aproveitou aos antigos donos da terra, os aborígenes vítimas de genocídio que, pela voz dos sobreviventes, perguntaram ao governo dos EUA, no século passado, se os últimos da sua raça também teriam de morrer.

De facto, a história da batalha pela autenticidade das proclamações dos direitos humanos, dentro de cada um dos países que os consagram nas constituições racional-normativas, desenvolveu-se em várias campanhas que muito contribuíram para a internacionalização do tema, para a solidariedade transnacional dos movimentos, para a globalização dos desafios que hoje enfrentamos.

A questão dos escravos, que alinhou nas causas da guerra civil dos EUA, foi conseguindo progressos lentos, mas consideráveis, sem todavia ter conseguido extinguir a condição.

Ainda na década de cinquenta reuniu em Genebra a última Conferência para a abolição da escravatura, em véspera da falhada tentativa de retoma do Suez pelas forças da França e da Inglaterra coligadas.

Nessa data, e nesse evento, em que a Sociedade Antiesclavagista de Londres teve um papel fundamental, deu-se por averiguado que o Médio Oriente possuía meio milhão de

escravos importados da África, trazidos com embustes e violência desde a costa atlântica até aos locais de destino.

A luta integracionista americana contra a discriminação social e política dos negros, era já uma frente muito avançada em relação a esta calamidade que não há notícia certa de ter desaparecido.

Na África do Sul, até à chegada ao exercício do poder desse homem extraordinário que é Mandela, infelizmente em fim de carreira, o *apartheid* demonstrou, aqui de maneira superlativa, a falta de autenticidade das declarações de cidadania, de igualdade de direitos, de *civil liberties*, de *civil rights*, pelo vasto mundo que os ocidentais dominaram politicamente, segundo um sistema euromundista, que teve o seu ponto final com a guerra de 1939-1945.

Esta questão de autenticidade abrangeu, como dissemos, outras batalhas, designadamente a das mulheres, a dos trabalhadores, a dos menores, sempre inicialmente em relação ao Estado soberano sustentador das Constituições liberais, depois passando à internacionalização, e à mundialização.

Da igualdade proclamada em Filadélfia ficaram excluídas as mulheres, e os movimentos feministas foram-se multiplicando em exigências, no sentido de impor a igualdade em todas as dimensões, hoje como um combate muito centrado no acesso equitativo ao aparelho do poder político, uma questão importante em todos os países da Europa.

Também os trabalhadores, os que não dispunham do rendimento mínimo indispensável para o acesso ao voto, organizaram as reivindicações sindicais, deram apoio às formações políticas que assumiam a justiça das suas reivindicações, com frequência optando pela via revolucionária que era uma modalidade do *apelo aos céus* de que falara Lock.

Os jovens foram abrangidos por um conceito de menoridade de dimensão variável, o qual deu origem a movimentos de reivindicação de ajustamento das capacidades de intervenção, com um pico alto na manifestação histórica de Maio de 1968, e com evidentes resultados estruturais nas alterações consequentes dos eleitorados, das organizações partidárias, dos mercados, dos usos e costumes, dos padrões gerais.

Nesta questão da autenticidade, que brevemente referimos, o ponto de referência foi fundamentalmente o Estado soberano, quer nos territórios originários, quer nas colónias para onde se expandiu.

Se a primeira ocupação pela expansão, sobretudo para o continente americano, teve como passivo o genocídio dos índios, a expansão para África teve primeiro como passivo, não a escravatura que já ali existia, mas o transporte de milhões de africanos para os novos espaços coloniais, uma situação extremamente agravante da escravatura, porque definitivamente cortava a relação com o meio originário, e com as solidariedades humanas da comunidade de nascimento.

A segunda fase africana, que tem início com a Conferência de Berlim de 1885, inscreve no passivo da autenticidade a diversidade de estatutos para aborígenes e ocidentais, a recusa de direitos políticos, o trabalho compelido, as culturas obrigatórias, sem que isto implique, a ignorância do activo que se ficou a dever ao processo colonizador.

Mas foi no saldo deste passivo, que as declarações de direitos, em clima de transnacionalização dos problemas, acolhem fórmulas de reivindicações institucionais, antes ignoradas, mas de facto exigidas pelo processo de consolidação dos direitos humanos.

Talvez a primeira manifestação formal se encontre na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, quando conside-

ra, pela primeira vez, que a família é a célula base da sociedade.

Sem dúvida uma das fontes da inquietação de Maritain, porque não se referiam à mesma realidade os laicos, os cristãos, os muçulmanos, os induístas, os budistas, que viriam a assinar a declaração. Mas ainda assim um passo para as categorias institucionais, abrangidas inicialmente no conceito de *direito à autodeterminação* de todos os povos, de facto independentemente da originária exigência de estarem aptos ao exercício da soberania segundo os critérios ocidentais.

Sem que também neste patamar institucionalista sejam dramaticamente evidentes as negações da autenticidade, designadamente com o aparecimento dos povos tratados como dispensáveis ou mantidos mudos e sem voz própria, a reivindicação institucional acrescentou-se com o *direito ao desenvolvimento humano*, que a crise económica da Ásia projectou para o primeiro plano das inquietações mundiais, e a que o Relatório do PNUD de 1998 dá bases de justificação, e urgência.

Tal evolução, que vai da reivindicação da autenticidade da aplicação dos «civil rights» e das «civil liberties» em nome da proclamação de um individualismo fundamentalista, à exigência da consagração de direitos institucionais, que tem a mais lídima expressão nos direitos à autodeterminação e ao desenvolvimento humano das comunidades, convergiu com o processo de crise do Estado soberano em que nos encontramos, e fez ressaltar algumas ambiguidades adivinhadas por Maritain.

Neste século XX a terminar, o Estado soberano foi o garante da liberdade económica no Ocidente, foi o gestor da economia no Leste, foi o responsável pelo desenvolvimento no então chamado terceiro-mundo.

Por toda a parte, esta diversidade de intervenções, mas sempre de proeminência, foi posta em causa, vivemos um período em que a exigência de menor Estado e melhor Estado dificilmente abrangia todas as variedades da criatura, mas finalmente, em relação a todas as áreas, a dúvida comum é a de saber — que Estado? Perdendo competências pelas cúpulas a favor de organismos transestaduais de diálogo, cooperação e decisão, perdendo competências pela base a favor da regionalização, e perdendo capacidades de resposta aos desafios excessivos das revoluções científica, técnica, estratégica, de mercado, da informação, os Estados vão-se agrupando em *grandes espaços*, que não são todos da mesma natureza, mas que multiplicam e diversificam as suas fronteiras, não apenas geográficas, também económicas, culturais e de segurança.

O processo europeu é dos mais claros, de tal modo que a União Europeia debate com urgência e dúvidas a natureza política final que virá a assumir. Não obstante a dúvida, o conceito de cidadania europeia está em circulação, o que implica uma séria revisão dos valores de referência, da fidelidades envolvidas, da hierarquia e coerência delas, e certamente um alargamento ou redefinição da infundável questão da autenticidade, quer no que respeita às pessoas que circulam no grande espaço, quer no que toca ao tratamento igual das suas comunidades nacionais originárias. O fenómeno das colónias interiores que já são inquietantes em alguns dos territórios estaduais envolvidos, a discriminação efectiva nos mercados de trabalho, xenofobias de raízes históricas não revistas, são elementos dessa nova fonte de luta pela autenticidade.

Mas despontou um desafio final que é o da mundialização, a exigir uma visão global da questão, e por isso a encaminhar inevitavelmente para uma nova definição da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A questão da autenticidade apresenta-se, neste final de século, e em termos de globalidade, desafiando a legitimidade de exercício dos poderes políticos antes soberanos, e mesmo que não seja discutível a sua legitimidade de origem.

A dramática questão do Kosovo é a que mais recentemente aponta para a caracterização do desafio, porque se trata da integridade territorial do Estado, porque ali está uma raiz do património histórico da Sérvia, porque o governo deste país reclama a legitimidade de origem, mas a comunidade internacional não lhe reconhece legitimidade de exercício, e apela à intervenção humanitária como fundamento legitimador da intervenção militar.

De facto é a relação de coerência entre os «civil rights» das declarações fundadoras dos direitos humanos, com as formas de cidadania dos grandes espaços, e finalmente com a Declaração Universal, que está em causa.

Por isso ganhou renascido relevo a questão das leituras variadas dos textos, um tema em que o drama da Praça de Tianamen, e o relacionamento dos líderes ocidentais com o governo de Pequim, se inscreveram como principais.

A presente crise económica que alastra da Ásia para o mundo, torna claro que o modelo ocidental da economia de mercado, da democratização política, e da vigência de Declaração de Direitos, não tinha, por aquelas áreas dos tigres do Pacífico, a aplicação equilibrada que a imagem divulgada lhe atribuía. De facto, os valores do asiaticismo, que a China sempre invocou, fizeram coincidir, com o crescimento económico, autoritarismos políticos cobertos pela teatologia, e negação de direitos que os ocidentais não toleram nos seus territórios.

Por isso, a Declaração Universal está ela própria em revisão, surgindo propostas no sentido de enriquecer, actualizar, e tornar mais universalizante o elenco agora em vigor.

Assim, reclama-se que, na área dos direitos individuais, o *direito à paz* seja em primeiro lugar de cada homem, em relação a qualquer Estado, em nome da segurança global; pretende-se que o *direito a exigir o cumprimento dos tratados* receba igual tratamento, tantas vezes o desrespeito dos tratados levou à rotura da paz; exige-se que o *direito à defesa do ambiente* pertença a todos os habitantes da terra que é a casa comum.

Por outro lado, exige-se que os direitos institucionais sejam acrescentados, para além da primeira consagração da família como célula base da sociedade.

Por isso, os povos *tratados como mudos*, ou *tratados como dispensáveis*, como respectivamente é o caso dos curdos dispersos por várias soberanias, e foi o do ibos eliminados por genocídio, exigem o direito à preservação da identidade e da viabilidade, para além do direito à autodeterminação; assim como finalmente, e dramaticamente documenta o Relatório do PNUD de 1998, o *direito ao desenvolvimento humano* aparece com barreira aos efeitos nefastos do desenvolvimento entendido como simplesmente económico.

Esta perspectiva, e a respectiva prática, estão a encaminhar continentes inteiros, como a África, para serem percebidos através de uma mudança radical de conceito. Trata-se da África útil, isto é, da África do petróleo, dos diamantes, dos metais raros, e não da pátria de uma multidão de povos, muitos dos quais, no que respeita às gerações vivas, não possuem a experiência vivida do que é a paz.

São muitos os sinais de resistência estrutural a esta evolução pregada em nome dos valores, e a análise estatística, em relação a muitas áreas, aponta para uma tendência de agravamento das circunstâncias. Mas como lucidamente se diz no Relatório sobre o desenvolvimento humano, tendência não é destino. A mudança está ao alcance da comunidade internacional, e dos cidadãos.

Lisboa, 26/10/98

Prof. ADRIANO MOREIRA

POESÍA GALEGA EN TRADUCCIÓN RUSAS



Elena Zernova

RESUMO

Elena Golubeva e Elena Zernova ofrecen unha panorámica da poesía galega traducida ó ruso. As autoras dan conta dos tipos de publicacións nos que apareceron estas traducións e analizan a súa recepción.

Foi na segunda metade do século XX cando a literatura galega comezou a facerse coñecida e apreciada no noso país, en traducións rusas. No curso

das nosas investigacións, que non pretenden ser completas, conseguimos encontrar, a partir dos anos trinta do século pasado, algunhas alusións ó fenómeno literario galego, concretamente á poesía medieval trobadoresca en lingua antiga galega ou galego-portuguesa. Son fragmentos de artigos nas revistas e edicións enciclopédicas e nos cursos de historia da literatura universal ou medieval. Os autores destas publicacións, subliñando a influencia da poesía trobadoresca provenzal na obra dos poetas de expresión galego-portuguesa, consideránono no cadro das literaturas portuguesa e española, e non como fenómeno literario galego propiamente dito (?).

Nas publicacións da fin do século pasado encontramos algunhas indicacións sobre a existencia da literatura en lingua galega. Así, no célebre diccionario enciclopédico editado por F. Brockhaus e I. Efron, no artigo dedicado á literatura portuguesa (o artigo sobre a literatura galega non existe) fálase da obra dos trobadores galego-portugueses («gallecio-portugueses») (?). Dos nomes dos poetas medievais que escribían en galego só se mencionan, nas publicacións do século XIX, os considerados máis famosos — Don Alfonso X, rei de León e Castela, Don Dinis, rei de Portugal, e tamén Macías o Namorado, un dos últimos poetas, que figura no cancionero de Baena gracias, probablemente, á lenda que rodeaba o drama do amor e morte deste trobador.

A obra dos trobadores de expresión galega figura en moitas publicacións do século XX, considerada en estreita ligazón coas literaturas española e portuguesa. Por exemplo, na *Enciclopedia Literaria*, tomo IX, 1935, *Grande Enciclopedia Soviética*, tomo 46, 1940, no libro do académico V. Xixmariov *Ensaio sobre a historia das linguas de España*, 1941, na obra monográfica *España e Portugal*, 1947, nos artigos de O. Vasileva-Xvede «Sobre o problema da lingua galega», 1966, e «Poesía satírica galego-portuguesa e provenzal», 1976, de Z. Plavskin *Literatura medieval de España dos séculos IX-XV*, 1986, na antoloxía histórica de poesía portuguesa *Lira Lusitana*, 1986, e algúns outros (?).

Algunhas das publicacións citadas conteñen estudos serios da poesía trobadoresca de expresión galega. Na obra citada de V. F. Xixmariov, ó lado dos poetas-reis son mencionados tamén outros trobadores, por ex. Airas Núñez de Compostela, Martín Codax (pp. 256-259). Na *Literatura de España dos séculos IX-XV*, de Z. Plavskin hai dous capítulos en que se fala desta poesía — «Lírica galego-portuguesa» (pp. 73-81) e «Obra de Don Alfonso X o Sabio» (pp. 87-91), onde, ó lado de poetas-reis e Macías o Namorado, figuran Nuño Fernández Torneol, Martín Codax; Johan de Requeixo, Bernal de Bonaval, Airas Núñez,

Martín Moxa. O artigo de Olga Vasileva-Xvede contén unha interesante análise comparada das «cantigas de escarmio e maldizer» e os «sirventes provenzais». Na *Lira Lusitana* figuran vintetrés trobadores galaico-portugueses.

Unha atención especial merece o artigo de Z. Plavskin na *Pequena Enciclopedia Literaria* (?), en que, por primeira vez na noso país, a literatura galega está representada como literatura independente e a obra dos trobadores — como fenómeno da literatura galega. Entre os nomes dos trobadores cítanse Bernal de Bonaval, Johan Airas, Pai Gómez Chariño, Macías.

O primeiro poema trobadoresco galego publicado na tradución ó ruso que conseguimos descubrir apareceu en 1836, na versión rusa do *Curso de historia da literatura medieval*, de Villemain (ed. cit., tomo III, cap. 23, p. 223). No último capítulo, dedicado á literatura portuguesa, amais dunha breve característica da poesía trobadoresca, en que se subliña a influencia provenzal, encontramos algúns fragmentos de poemas, na lingua do orixinal e na tradución prosaica rusa (feita a través do francés), e tamén un poema enteiro na tradución prosaica e sen indicación do nome do autor. É a famosa cantiga do trobador-almirante Pai Gómez Chariño «Quantos oj' andan eno mar aquí», no que os perigos do mar son comparados cos do amor, que o poeta considera moito máis graves. A tradución, feita en prosa, é completa e bastante exacta. Parece que este poema, que serviu ó autor do libro para ilustrar o tema marítimo propio para a poesía galego-portuguesa, foi, en xeral, a primeira tradución publicada, aínda que prosaica, para o ruso dun poema galego.

Seguidamente citamos o texto na retradución ó galego, feita por nós.

Todos aqueles que, no noso tempo, andan pelo mar pensan que no mundo non hai tormento superior ós tormentos que se sofren no mar; e eles non saben outra desgracia. Mais comigo acontece o contrario. Tormentos do amor fanme esquecer os tormentos do mar. O maior dos padecementos é o padecemento do amor para aqueles a quen o manda o destino: é un padecemento mortal; o que senten no mar non é así.

Realmente, este padecemento supera todos os padecementos que algunha vez foron, son e serán... Todos os demais, que non coñecen amor, din que isto non é verdade, mais eu vexo o que el é: é o maior sufrimento, el fai esquecer as desgracias do mar, en que, perece tanta xente.

Foi preciso que pasasen case cento cincuenta anos para que aparecesen de novo traducións da poesía galega trobadoresca publicadas en ruso, desta vez na tradución versificada, poética. É o caso da antoloxía bilingüe *Poesías españolas en versión rusas* (?), que conteñen dúas cantigas galego-portuguesas, publicadas na lingua do orixinal e na tradución rusa. Pertencen a autores coñecidos, mais son presentadas como poemas anónimos da «poesía española antiga». A primeira é a famosa cantiga de Mendiño «Sedia-m' eu na ermida de San Simhon» e a súa tradución ó ruso, feita por Mark Samaiev. Foi atentamente analizada e retraducida pola traductora e filóloga rusa Alexandra Koss no seu artigo dedicado ás versións rusas desta cantiga (?).

O segundo texto representa algúns problemas. É un conxunto feito de dúas primeiras estrofas dunha cantiga de amigo de Don Dinis e a primeira estrofa dunha cantiga de Pero Meogo:

Ay flores, ay flores do verde pino!
Se sabedes novas do meu amigo?
Ay Deus, e hu e?

Ay flores, ay flores do verde ramo!
Se sabedes novas do meu amado?
Ay Deus, e hu e?

Ay cervas do monte, vin vos preguntar
foise meu amigo, se ala tardar,
Que farei?

O traductor deste enigmático texto é tamén Mark Samaiev. É interesante que na súa versión a palabra «cerva», tan característica para a obra de Pero Meogo, está traducida coa palabra rusa «orlitsa», que significa «aguia».

A primeira publicación da tradución poética das cantigas dos trobadores galego-portugueses con indicación correcta dos seus nomes apareceu en 1984. É unha publicación de vinteseite páxinas, incluída nunha pequena colección de artigos de investigación dedicados á historia medieval (?). Contén unha introdución escrita por Olga Saprikina e perto de trinta cantigas en tradución rusa, de catorce trobadores (Martín Moxa, Martín Soarez, Pero Meogo, Pero da Ponte, Mendingo, Alfonso X, Alfonso Méndez de Besteiros, Pero Mafaldo, Pero Gómez Barroso, Pai Gómez Charinho, Airas Nuñez, Johan Airas de Santiago, Dinis, Johande Gaia. A tradución en verso é feita por M. Tseitlin.

O ano 1986 foi un ano feliz para a poesía galega trobadoresca en Rusia. No libro de Z. Plavskin *Literatura de España dos séculos IX-XV* apareceron, na calidade de ilustracións, algunhas cantigas e fragmentos de cantigas en tradución prosaica (Sancho I, Johan de Requeixo, Bernal de Bonaval, Don Dinis, Macías o Namorado) (?). No mesmo ano foi publicada a *Lira Lusitana*, antoloxía da poesía portuguesa (?), que contiña vintetrés trobadores, representados por un ou varios poemas: Don Johan Pérez de Aboín, Don Alfonso X, Don Alfonso López de Baian, Johan Baveca, Juan Bolseiro, Pero García Buralés, Fernán Rodríguez de Calleros, Nuño Eanes Cerzeo, Rui Martins do Casal, Martín Codax, Paio Gómez Charinho, Don Johan Soares Coello, Caepancho, Don Dinis, Fernando Esquío, Rui Fernández, Johan Lobeira, Mendiño, Pero Meogo, Airas Nuñez de Santiago, Johan Airas de Santiago, Nuño Fernández Torneol; Johan Zorro. As traducións de alta calidade artística foron feitas por coñecidos tradutores-poetas E. Vitkovskiy, G. Goncharenko, A. Gueléskul, A. Sádikov, I. Chezhégova e outros.

Nas publicacións do século XX encontramos xa indicacións sobre a existencia da literatura galega máis nova, a partir do Rexurdimento; cítanse os nomes dos poetas e prosadores máis coñecidos, ás veces acompañados dunha breve característica da súa obra. Así, na *Enciclopedia Literaria* (ed. cit.), tomo IX, 1935, ó final do artigo dedicado á literatura portuguesa encontramos un pequeno capítulo titulado «Literatura galega», escrito por K. Derzhavin, en que se dá unha breve descrición do proceso literario en Galicia a partir do Rexurdimento. Parece que é a primeira publicación sobre a literatura galega moderna no noso país. Entre os autores máis coñecidos cítanse Rosalía de Castro e Lamas Carvajal como «...poetas da vida campesina, ideólogos do campesinado e da intelectualidade populista», e tamén Eduardo Pondal e Curros Enríquez, que «...espallaron nos seus poemas a vida dos probes e deron, por primeira vez, forma poética ó protesta social dos campesinos» (p. 164). O académico Vladimir Xixmariov no seu coñecido libro *Ensaio sobre a historia das linguas de España* fala tamén da literatura galega nova, mencionando os nomes de Rosalía de Castro e Eduardo Pondal como representantes do Rexurdimento galego, e dá así mesmo unha breve característica da obra de Curros Enríquez (?).

Xa mencionamos que na *Pequena Enciclopedia Literaria* apareceu, en 1964, por primeira vez no noso país, un artigo independente dedicado á literatura galega, da autoría de Z. Plavskin. No artigo, que representa unha concisa descrición do proceso literario galego desde a Idade media ata o noso tempo, figuran tamén os nomes dunha serie de poetas dos séculos XIX-XX, acompañados ás veces dunha breve característica. Entre eles: Rosalía de Castro, Eduardo Pondal, Curros Enríquez, Lamas Carvajal, Ramón Cabanillas e algúns outros. Máis tarde, en 1972 apareceu un artigo do mesmo autor sobre a literatura galega na *Grande Enciclopedia Soviética*, tomo X (?), que contén unha breve historia da literatura galega desde os trobadores ata os modernos — Lorenzo Varela, Celso Emilio Ferreiro, Uxío Novoneira, Manuel María.

Olga Vasileva-Xvede no seu artigo «Sobre o problema da lingua galega» (ob. cit.) fala de moitos poetas dos séculos XIX-XX, subliñando o seu papel no rexurdimento e desenvolvemento da lingua galega literaria. Entre os máis importantes son citados Rosalía de Castro, Eduardo Pondal, Curros, Enríquez, Valentín Lamas Carvajal, e tamén máis novos — Ramón Cabanillas, Manuel Antonio, Amado Carballo, Fermín Bouza Brey, Ernesto da Cal, Luis Pimentel.

A literatura galega e as súas principais figuras están dedicadas algunhas páxinas nos libros sobre a literatura española dos séculos XIX-XX. Así, no manual de Z. Plavskin *Literatura española dos séculos XIX-XX* (?), fálanse das interrelacións das literaturas española e galega, do Rexurdimento, da obra, en castelán e galego, de Rosalía de Castro, Eduardo Pondal, Lamas Carvajal, Curros Enríquez. Entre os poetas máis moderados figuran Noriega Varela, Ramón Cabanillas, Álvaro Cunqueiro, Díaz Xácome, Celso Emilio Ferreiro, Luis Seoane, Pura Vázquez. É posible encontrar alusións a autores galegos nos *Cursos de historia da literatura universal*, por exemplo na edición de 1991, no capítulo XV (escrito por Z. Plavskin) hai liñas sobre «a maior poetisa galega Rosalía de Castro» (?).

Como xa vimos, a primeira indicación do nome de Rosalía de Castro apareceu no noso país en 1935, no artigo da *Enciclopedia literaria* (ed. cit.). Pero a primeira tradución ó ruso dos seus versos non foi publicada ata pasado medio século, en 1977, en dous libros: *Poesía de Europa en tres volumes* (edición bilingüe) (?), e *Poesía europea do século XIX* (serie «Biblioteca da literatura universal, t. 85») (?). No primeiro apareceron, na lingua do orixinal e na tradución en verso de A. Gueléskul, dous fragmentos do poema «Campanas de Bastabales» (II e V), dous *Cantares gallegos* e uns poemas de Rosalía escritos en castelán, no segundo — os mesmos fragmentos, na mesma tradución, das «Campanas» e un poema das *Follas novas* — «Unha vez tiveron un cravo...», traducido por Boris Dubin. Máis tarde, en 1983, a tradución do segundo fragmento das «Campanas de Bastabales» foi reeditada nun libro da poesía para nenos — *Terra e cantares* (?).

Máis a primeira tradución en verso da poesía escrita en galego non foi a obra de Rosalía de Castro. Foron os *Seis poemas gallegos*, de Federico García Lorca, traducidos polo coñecido hispanista ruso Fidor Kellin e publicados en 1960 no libro de poemas *Lírica escollida de Federico García Lorca* (17).

Outros poetas galegos dos séculos XIX-XX publicáronse en ruso sómente en 1996, no segundo volume da *Antoloxía da poesía galega*, da que falaremos máis adiante. Aínda que algúns poetas máis novos — Miguel Sande e Maximino Cacheiro Varela — viron publicados algúns dos seus poemas un pouco antes, no xornal da Universidade de San Petersburgo, gracias á actividade do profesor e traductor Andrey Rodoskiy (?). En 1997 saíu un pequeno libro de versos de M. Cacheiro Varela, traducido e editado por A. Rodoskiy (?).

Agás de poemas de autores coñecidos, tamén a poesía galega anónima xa está traducida e publicada en ruso. En 1990 na cidade

de Kixiniov viu a luz un libro de poemas orixinais e traducidos do poeta xeodesista Eugenio Kabánov⁽²⁰⁾, que contén dezasete coplas populares galegas, traducidas, posiblemente, do castelán, entre elas a famosa copla:

Se o mar tivera barandas,
Fórate ver ao Brasil,
máis o mar non ten barandas,
amor meu; ¿por dónde hei de ir?

Pero o público ruso puido obter información sobre poesía galega non só en publicacións impresas senón tamén en emisións de radio e televisións, dedicadas á poesía galega contemporánea. Por exemplo, nunha emisión da TV leningradense, dedicouse un espazo a Miguel Sande, no programa «Petropol», o 23-XI-1991 (repetida varias veces a petición dos espectadores), e nunha emisión da radio dedicada a algúns poetas do século XX — Celso Emilio Ferreiro, Manuel María, Uxío Novoneyra e outros — o 16-XI-1992 (tamén repetida varias veces a petición dos oíntes).

En 1994 coa axuda da Dirección Xeral de Política Lingüística da Consellería de Educación e Ordenación Universitaria da Xunta de Galicia foi creado, na Universidade de San Petersburgo, o Centro de Estudos Galegos. O obxectivo do Centro era — e é — a propaganda da cultura e lingua galega en Rusia. A Dirección do Centro decidiu preparar e editar unha antoloxía histórica da literatura galega, comezando pola poesía.

Para a edición dos volumes de poesía foron establecidos os seguintes criterios. A edición debía ser bilingüe. A tradución debía, sempre que fose posible, recrear en ruso non só o contido, senón tamén a forma — combinación de rimas, metro — dos

orixinais, e ter o mesmo valor emocional e estético. Comezouse a traballar cos tradutores, algúns dos cales eran poetas orixinais, aínda que non coñecían a lingua galega. Para eles facíanse traducións en prosa con tódolos comentarios necesarios.

O primeiro volume — *Poesía dos trobadores* — saíu en 1995, coa introducción do Director Xeral de Política Lingüística da Xunta de Galicia D. Manuel Regueiro Tenreiro e o prólogo do catedrático de literatura galega da Universidade de Santiago de Compostela D. Xesús Alonso Montero. O volume inclúe sesenta e oito poemas de coarenta e dous trobadores.

En 1996 saíu o segundo volume titulado *Entre dous silencios*, dedicado á poesía galega do século XIX — primeiro tercio do século XX, co limiar do catedrático de filoloxías galega e portuguesa da Universidade Central de Barcelona D. Basilio Losada. Abrangue a poesía do Rexurdimento, comezando coa obra de Rosalía Castro e terminando cos *Seis poemas galegos*, de Federico García Lorca. Contén a obra de dezasete poetas, representados con máis de cen poemas.

En 1997 acaba de saír o terceiro volume — *Voces Novas*, que abrangue a poesía galega de mediados do século XX, co limiar do catedrático de literatura galega da Universidade de Santiago de Compostela D. Anxo Tarrío Varela. O volume inclúe a obra de vinte e seis poetas, representados por máis de cento vinte poemas.

Actualmente comeza a prepararse o cuarto volume da Antoloxía, dedicado á poesía galega da fin do noso século.

Os libros da poesía galega en ruso xa van conquistando o seu público, os seus lectores e admiradores. Esperamos que este interese aumente aínda máis.

Elena Golubeva

Elena Zernova

Universidade de San Petersburgo



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

HOTEL SANTA MARIA
Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs (049) 52215/52225 — Telex 43278

(1) Por ex., na *Historia da literatura medieval*, de Villemain, en tres volumes, traducida do francés — *Istoriya literatury srednjykh vekov Villemaina*, Moscú, 1836, t. III, cap. 23. —, ou no artigo dedicado á historia do teatro portugués, na revista *Biblioteka teatral* — «Portugalskiy teatr», *Teatralnaya biblioteka*, 1880, N.º 1.

(2) Brokhaus, F.A., Efron, I.A. *Entsiklopedicheskiy slovar*. St. Petersburg, 1898, t. XXIV, p. 624.

(3) *Literaturnaya entsiklopedia*, t. IX, 1935, cap. «Literatura portuguesa», p. 156; *Bolshaya Sovetskaya entsiklopedia*, t. 46, cap. «Literatura portuguesa», p. 491; Vladimir Xixmariov, *Ocherki po istorii iazykov Ispanii*, Moscú-Leningrad, 1941, p. 256-259; *Ispaniya i portugaliya*, Moscú: Ed. Sovetskaya Entsiklopedia, 1947, p. 83-89; Olga Vasilieva-Xvede, «K voprosu o galisiyskom iazyke», *Romanskaya filologiya. Ucheniy zapiski leningradskogo universiteta*, N.º 328, vip. 70, 1966, p. 23-38; Olga Vasilieva-Xvede, «Galisiysko-portugalskaya i provantskaya satiricheskaya poesia XIII-XV vekov», *Sravnitelnoye izucheniye literatur: K 80-letiyu akademika M. P. Aleksaeva*, Leningrad, 1976, p. 334-340; A. A. Smirnov, *Srednevekovaya literatura Ispanii*, Leningrad, 1969, p. 101-109; Plavskin Zajar, *Literatura Ispanii IX-XV vekov*, Moscú, 1986, p. 73-83; 91-95; *Luzitanskaya Lira, stiji*, Moscú, 1986, p. 6-11.

(4) *Kratkaya literaturnaya entsiklopedia*, t. 2, 1964, cap. «Literatura galega», p. 43-44.

(5) *Ispaniskaya poeziya v ruskij perevodaj*, Moscú, 1978; Moscú, 1984.

(6) Alexandra Koss, «Dva versii rusas da cantiga de Meendiño: problemas da recodificación do texto orixinal», *Voces Novas, revista galega de tradución*, N.º 1, Vigo 1995, p. 73-94.

(7) «Ideino-politicheskaya borba v srednevekovom obschestve. Galisiysko-portugalskaya srednevekovaya lirika», publicación de Olga Saprikina; traducción poética de Mijail Tseitlin, Moscú, 1984.

(8) Zajar Plavskin, *ob. cit.*, p. 73-83.

(9) *Luzitanskaya Lira, ob. cit.*

(10) Vladimir Xixmariov, *ob. cit.*, p. 266.

(11) *Bolshaya Sovetskaya Entsiklopedia*, t. X, 1972, p. 1543-1544.

(12) Zajar Plavskin, *Ispaniskaya literatura XIX-XX vekov*, Moscú, 1985, 5-12, 139, 201-202.

(13) *Istoriya vseмирnoy literatury*, tomo VII, Moscú, 1991, p. 459.

(14) *Poesia Yevropi v triaj tomaj*, tomo I, Moscú, 1977, p. 403-407.

(15) *Yevropeiskaya poeziya XIX veka. Biblioteka vseмирnoy literatury*, tomo 85, Moscú, 1977, p. 444.

(16) «Zemlia i pesni», *Ispaniskaya poeziya XX veka*, Moscú, 1983, p. 87-88.

(17) Federico García Lorca, *Izbrannaya lirika*, Moscú, 1960.

(18) *Sankt-Peterburgskiy Universitet*, N.º 35, 29-XI-1991; N.º 17, 10-IX-1994.

(19) Maximini Cacheira Varela, *Poiziat izgoniya*, San Petersburgo, 1997.

(20) Yevgueniy Kabanov, *Oskol gomushula. Stiji. Perevodi*, Kixiniov, 1990, p. 109-112.

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa e o Instituto D. João de Castro. Comemoração do V Centenário da chegada de Vasco da Gama ao Oriente

No passado dia 30 de Outubro, A Academia Internacional da Cultura Portuguesa e o Instituto D. João de Castro realizaram um Programa-Colóquio para evocarem o V Centenário da chegada de Vasco da Gama ao Oriente tendo como tema genérico: «Os Descobrimientos Portugueses e as suas múltiplas conseqüências», tendo como inspiração, «O Manifesto dos Lusíadas».

O local escolhido foi a sede da Academia, que funciona, desde a sua criação, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

As Direcções das duas instituições elaboraram, de acordo com a Presidência da Sociedade de Geografia, o rico e variado Programa que encheu todo o dia 30 de Outubro, iniciando a abertura às 10 horas e encerrando às 18,30 h.

O Boletim «Roteiros» do Instituto D. João de Castro tem a honra de publicar esse Programa que se viu frequentado por 50 Académicos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Sócios do Instituto D. João de Castro.

Os 7 trabalhos apresentados vão ser publicados pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa e ficarão a lembrar as Comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama no dia 25 de Maio de 1498 a Calicut.

PROGRAMA — COLÓQUIO

30 de Outubro de 1998

10.00 horas

Abertura do Colóquio pelo Prof. Doutor Adriano Moreira.
Tema: «Invocação de Luis de Camões».

10.45 horas

Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida: «Camões como Símbolo da Cultura Universal».

11.30 horas

Prof. Doutor Jorge Morais Barbosa: «A Perspectiva da Língua de Camões».

12.15 horas

Intervenções e comentários aos temas antes tratados pelos senhores Académicos.

13.00 horas

Almoço oferecido pela Presidência da Academia, no Convívio da Sociedade de Geografia.

14.30 horas

Prof. Doutor António Maria de Sousa Vasconcelos de Saldanha: «A Perspectiva do Direito Internacional».

15.15 horas

Dra. Maria de Jesus Simões Barroso Soares: «Uma Nova Visão de Camões».

16.15 horas

Prof. Doutor António Dias Farinha: «Perspectiva da Ciência assumida pelos Descobrimientos».

17.00 horas

Café no convívio da Sociedade de Geografia.

17.15 horas — encerramento

Prof. Doutor Martim Eduardo de Albuquerque: «A Ideia do Império».

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente.
Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade.
Por isso os Alunos, os Professores e os Acolhedores Educativos usufruem do prazer de uma refeição esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

O ARQUIVO DIPLOMÁTICO DA RÚSSIA COMO FONTE DE HISTÓRIA DE PORTUGAL DOS SÉCULOS XVIII — COMEÇO DO XIX



Svetlana G. Bojkova

Como se sabe, para o estudo do passado de qualquer país são de grande importância as fontes históricas de procedência estrangeira. Elas completam e enriquecem consideravelmente a base nacional da documentação histórica. Trata-se não só e não tanto de factos novos, como de uma maneira nova de apreciar os factos já conhecidos, considerando-os desde posições novas, sob um ângulo talvez inesperado, descobrindo aspectos que antes não se tinham tomado em conta. Portugal, desde

este ponto de vista, não é uma excepção. Para o estudo da sua história tinha-se aproveitado, tradicionalmente, fontes árabes, espanholas, inglesas, francesas, austríacas, e muitas outras. Mas, devido a uma série de circunstâncias de ordem política, que só deixaram de existir no começo dos anos 90 do nosso século, as fontes da procedência russa ligadas com o passado de Portugal ficavam praticamente desconhecidas para os historiadores portugueses. Trata-se, em primeiro lugar, dos materiais elaborados pelos diplomatas e cônsules da Rússia acreditados em Lisboa no último terço do século XVIII — começo do século XX. Estes materiais representam um campo de investigação absolutamente

novo para a ciência histórica de Portugal. Ao mesmo tempo, os relatórios em questão têm um valor indubitável devido à sua relativa imparcialidade: a Rússia, à diferença das principais potências da Europa Ocidental, não tinha, em Portugal, e no mundo de expressão portuguesa, sérios interesses de ordem económica e política. Os representantes russos, sentindo-se livres de tais interesses, descreviam nos seus relatórios a realidade portuguesa de uma maneira mais neutral, mais objectiva, não tendo em conta obter, naquele momento ou mais tarde, quaisquer vantagens para o seu país.

Em 1724, pouco antes da morte de Pedro I, e também na época posterior, desde 1751, Portugal, interessado nas mercadorias russas, propôs, mais de uma vez, estabelecer contactos comerciais directos com a Rússia, e concluir, com este fim, um tratado especial, mas as ditas propostas não chegaram a realizar-se. Na segunda metade da década dos 50 do século XVIII com estes problemas ocupavam-se os diplomatas portugueses, e também os russos, acreditados em Lisboa. Dez anos mais tarde, em 1765, chegou a Lisboa, com uma missão oficial, o príncipe russo S. Meschersky. Ele começou a recolher dados sobre o comércio português, os preços locais, os contactos comerciais de Portugal, esperando ser nomeado encarregado de negócios da Rússia junto da Corte portuguesa; mas as suas aspirações não se realizaram, e no ano seguinte o príncipe Meschersky recebeu a ordem de regressar para o seu país.

O primeiro representante oficial e permanente da Rússia em Lisboa foi o Cônsul-geral Johann Anton Borhers, cuja patente foi assinada pela Imperatriz Catarina II em Outubro de 1769. A nomeação de J. A. Borhers como Cônsul-geral estava ligada com a guerra russo-turca, começada um ano antes; era preciso assegurar aos navios da Frota Báltica, que seguiam para o Mar Mediterrâneo, a possibilidade de fazer escala nos portos portugueses. Em 1779 foi nomeado o primeiro Ministro Plenipotenciário russo em Lisboa. Era Wilhelm von Nesselrode, pai do famoso Carl Nesselrode, futuro ministro de Negócios Estrangeiros, que dirigiu, durante toda a primeira metade do século XIX, a política externa da Rússia. Em 1789 W. Nesselrode foi substituído por A. Forsman, substituído, por sua vez, em 1790, por Christian Rehtern de Borbeinigen, que ficou no posto de Ministro Plenipotenciário



Boris N. Komissarov *

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar
António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomposição e impressão na EDITORIAL MINERVA
Rua da Alegria, 39 — Tel. 322 49 50 • Fax 322 49 52 — 1250-097 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

* O Prof. B. N. Komissarov Bojkova é Professor Catedrático da Faculdade de História de S. Petersburgo.

É sócio Fundador do Centro de Cultura Luso-Brasileira que funciona na Faculdade de Letras desde 9 de Setembro de 1995.

No estudo hoje publicado em «Roteiros», descobrimos um campo muito amplo de investigação em relação a um campo ainda não estudado das Relações comerciais e políticas entre a Rússia e Portugal que podemos marcar entre 1778 a 1917.

russo em Lisboa até 1799. Em 1800 - 1801 à cabeça da Missão russa na Capital portuguesa encontrava-se Peter Maltiz, um dramaturgo não de todo desconhecido então na Corte russa, ex-director da Academia de Belas Artes de São Petersburgo.

Os diplomatas sucediam-se uns aos outros, mas as relações comerciais entre os dois países continuavam bastante estáveis, regulamentando-se pelo tratado assinado em 1787, concluído de novo em 1798 e prolongado até 1817. No período desde Novembro de 1807, porém, quando Portugal foi ocupado pelas tropas napoleónicas e a Corte dos Braganças se trasladou ao Brasil, e até a derrota de Napoleão, as relações comerciais russo-portuguesas, interrompidas na Metrópole, continuaram na Ilha da Madeira.

Depois da morte de Borhers, em 1795, o cargo de Cônsul-geral passou a A. Schütz, e em 1798 — a Andrey Dubachevsky, que serviu na Missão russa de Lisboa como actuário e, desde 1783, como tradutor. Desde 1802 o Ministro Plenipotenciário russo em Lisboa era Ivan Vassil'ev, mas meio ano antes da ocupação francesa ele foi retirado, e Dubachevsky passou a exercer também as funções de Encarregado de negócios. Porém, por causa das acções militares franco-inglesas, que começaram então em Portugal, e a resistência guerrilheira antinapoleónica, a Missão russa foi transferida a Rio de Janeiro, onde se encontrava naquele tempo a Corte portuguesa, e o Consulado-geral russo em Lisboa deixou de funcionar.

Em 1812 Dubachevsky, regressando à Pátria, encontrou-se em Londres com Frederic Borel, nomeado chefe do recém formado Consulado-geral russo na Madeira, que se dirigia a Funchal.

Borel desempenhou um papel destacado na história das relações entre Rússia e Portugal. Sendo de nacionalidade francesa, ele nasceu em Milão, e em 1804 foi convidado para o serviço

russo pelo ilustre homem de estado Conde Nikolay Rumiantsev, que era então Ministro do Comércio, e mais tarde também Ministro de Negócios Estrangeiros e Chanceler do Império. Borel, brilhantemente instruído e extraordinariamente apto ao trabalho, editou, nos anos 1807-1808, em São Petersburgo, «Tábuas Comparadas» de metrologia e cursos de divisas russas e estrangeiras, e ainda dois livros mais — «De l'origine et des fonctions de consuls» e «Formulaire des consulats». O primeiro destes livros incluía, além de pesquisas individuais do autor, uma espaçosa (de quase três centenas de páginas) publicação de documentos sobre a história do serviço consular desde o século XIII até ao fim do século XVIII; o segundo foi dedicado às regras da elaboração de documentos ligados com os aspectos diferentes da actividade dos cônsules, e continha modelos deste tipo de documentos. Naquele tempo entre os especialistas no domínio do serviço consular existiam duas correntes. Os adeptos da primeira, achavam que a esfera do serviço consular, devia incluir não só a componente comercial, mas também a político-diplomática. Os partidários da segunda corrente consideravam que o cônsul só devia ocupar-se com problemas de carácter comercial privado. Borel apoiou decididamente a ideia da estreita ligação entre as funções diplomáticas e comerciais dos cônsules, e a prática confirmou que ele tinha razão. Outra ideia importante apoiada por Borel era o carácter geral, e não estritamente nacional, do direito consular. Borel considerava que a unidade básica das normas do direito consular era motivada não pela adopção das normas de um país pelo outro, mas pela identidade das necessidades; por isso só as normas unificadas podiam garantir o desenvolvimento do comércio internacional. Borel tornou-se um teórico do serviço consular de escala europeia, geralmente reconhecido. Toda a vasta rede de estabelecimentos consulares russos funcionava, nos anos 10-30 do século XIX, na base das teses formuladas e das recomendações feitas por Borel. Nos anos 1809-1812 ele encabeçou a «Expedição dos Assuntos Consulares», criada então por primeira vez na estrutura das instituições russas de política externa.

Em São Petersburgo começou também a especialização de Borel no domínio da economia, finanças, comércio, vida política do mundo de expressão portuguesa. Em 1811 ele participou activamente na elaboração de uma convenção suplementar para o tratado comercial russo-português de 1798, que tinha um carácter inovador e devia igualar em direitos, no mercado brasileiro, os mercadores russos com os ingleses, que dispunham lá, tradicionalmente, de grandes privilégios. Mas a guerra de 1812 e a aproximação entre Rússia e Inglaterra impediram a entrada em vigor desta convenção. No ano de 1811 Borel preparou também uma instrução para o Cônsul-geral russo em Rio de Janeiro, que se tornou, mais tarde, uma espécie de modelo e influenciou a legislação consular do Império Russo.

Borel residiu na Madeira até Junho de 1816, depois encabeçou, já em Lisboa, o Consulado-geral russo. Ainda no Funchal, ele travou relações de amizade com a família do Monteiro, negociantes portugueses. José António Monteiro foi nomeado, depois da partida de Borel, Cônsul Honorífico da Rússia no Funchal (e permaneceu nesta qualidade até 1832); o seu irmão Joaquim Monteiro obteve um posto análogo em Recife. A filha maior e mais querida de Borel casou com o filho de Joaquim Monteiro, o que fortaleceu consideravelmente os laços de amizade entre as duas famílias.

A Missão diplomática russa junto da Corte portuguesa encontrava-se na Capital brasileira desde 1812, chefiada primeiro pelo Ministro Plenipotenciário Fedor Palen, depois por Encarregados de Negócios da Rússia Grigory Langsdorff (que acumulava este cargo com o de Cônsul-geral, que exercia em Rio de Janeiro a partir de 1813), e Alexey Sverchkov; nos anos 1816-1817 pelo Ministro Plenipotenciário Petr Balk-Polev, depois de novo por

COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano Moreira, César Albuquerque e Alexandre Bugalho	5.000\$00
Comentários — Adriano Moreira	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções e outros actos públicos relativos a Portugal — Henrique Martins de Carvalho, 5 Volumes	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado, 2 Volumes de Adelino Maltez	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro, 4 grandes Volumes. Coordenação de Armando Cortesão e de Luis Albuquerque — cada Volume	12.500\$00
— A Colecção completa	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Rotetos*).

Langsdorff. Desde 1819 Borel acumulou, já em Lisboa, as obrigações de Cônsul-geral com as de Encarregado de negócios da Rússia, e para o Rio de Janeiro foi dirigido um Ministro Plenipotenciário novo — Fedor Tuill van Seroskerken.

De caminho para o seu destino este último encontrou-se com Borel, que o pôs à par da vida económica e política de Portugal e do Brasil. Aquele tempo foi duro para Borel. Seu genro, filho de Joaquim Monteiro, por conselho de Borel e com ajuda de seu pai, resolveu fundar uma casa comercial em Odessa. Mas no tempo da travessia a jovem família e o primogénito pereceram no naufrágio na foz do rio Danúbio.

No tempo da revolução portuguesa, que começou em Agosto de 1820, na legitimista Petersburgo preferiram «esquecer» as funções diplomáticas de Borel, sublinhando que as suas obrigações eram exclusivamente consulares. Tuill, que regressara, seguindo a Corte portuguesa, em Junho de 1821, a Lisboa, abandonou-a em Agosto do mesmo ano, manifestando assim o seu protesto contra a situação revolucionária no país. Quanto a Borel, ele ficou encarregado de informar sobre os acontecimentos em Portugal não só a Carl Nesselrode, mas também, dada a ausência do Cônsul-geral da Áustria Schtürmer, a Klemens Metternich.

Em Junho de 1823 Dom Miguel reprimiu a revolução, e a acreditação de Borel na qualidade de Encarregado de negócios da Rússia foi reafirmada. Em Abril de 1824, no tempo da sublevação antigovernamental em Lisboa chefiada por Dom Miguel, Borel conseguiu ajudar o Rei Dom João VI, que se encontrava então numa situação difícil, e recebeu depois, em sinal de gratidão, o título de Barão de Valença, imediatamente reconhecido pelo Imperador russo.

Em 1827 a Rússia reconheceu a independência do Brasil, e Borel foi nomeado o primeiro Ministro Plenipotenciário russo no

Império Brasileiro. Chegando a Rio de Janeiro em Novembro de 1829, ele conseguiu dar uma importante contribuição ao desenvolvimento das relações russo-brasileiras. A 1 de Janeiro de 1832 Borel faleceu na Capital brasileira.

Depois da partida de Borel para o Brasil, o posto de Ministro Plenipotenciário da Rússia em Portugal foi concedido a Lev Potocky, mas em Maio de 1828 Dom Miguel usurpou o trono à sua pequena sobrinha Dona Maria da Glória. Este acto não foi reconhecido como legítimo pela Rússia, e por isso Lev Potocky não chegou a Lisboa em 1829. Em 1830 ele era considerado oficialmente como estando em férias, e no ano seguinte a Missão russa em Portugal foi liquidada, só voltando a aparecer em 1845. Este longo intervalo explica-se pela situação política em Portugal: Dona Maria da Glória só subiu ao trono em 1834, e dois anos mais tarde teve lugar a revolução de Setembro.

No entanto, desde 1828 a Rússia tinha em Lisboa um seu representante na qualidade de Agente consular. Era Carl Razevich, que chegou a Portugal ainda em 1824, começou a sua actividade junto de Borel, trabalhando como tradutor, e foi altamente apreciado pelo seu chefe. A esposa de Razevich provinha da família Monteiro, tão próxima a Borel. Em 1845 Razevich foi nomeado Cônsul e serviu em Lisboa até 1856.

Nos anos 1845-1848 o Ministro Plenipotenciário russo em Lisboa foi Alexey Stroganov, em 1849-1854 — Sergey Lomonosov. Este último fez os seus estudos no famoso Liceu de Tsarskoie Selo, sendo condiscípulo do grande poeta russo Alexandr Pushkin, e também de Alexandr Gorchakov, futuro célebre diplomata, Ministro de Negócios Estrangeiros na segunda metade dos anos 50 — começo dos 80, do século passado. Antes de ser nomeado Ministro Plenipotenciário em Portugal, S. Lomonosov encabeçou, perto de doze anos, a Missão russa em Rio de Janeiro.

De 1855 a 1864 a Missão russa em Lisboa foi chefiada por Ivan Ozerov, em 1865-1870 — por Kudriavsky, em 1872-1883 — por Dmitry Glinka, que serviu antes disso, durante dez anos, como Ministro Plenipotenciário no Brasil, em 1884 — por Arapov, em 1886-1890 — por Nikolay Fonton. Em 1857-1890 o posto de Cônsul, ocupado antes por Razevich, ficou a cargo de Alexandr Laxmann.

Nos anos 90 do século XIX e começo do século XX a Rússia era representada em Portugal pelos seguintes Ministros Plenipotenciários: Mihaíl Hiytovo (1891-1892), Dmitry Shevich (1893-1895), Ernst Meindorff (1896-1899), Valerian Jadovsky (1900-1902, até então ele exercia as funções de Secretário da Missão, e em 1871 encabeçava-a no tempo da substituição do Ministro Plenipotenciário), Alexandr Koiander (1905-1910). A queda da Monarquia em Portugal em 1910 pôs fim ao funcionamento da Missão Russa Imperial em Lisboa dirigida por diplomatas de categoria de Ministro Plenipotenciário. Em 1912 só estava nela o Secretário Iakov von Tal'.

No mesmo período, o posto de Cônsul ocupavam Nikolay Komarov (1891-1895), Evgeny Folbort (1896), Egor Musuri (1898-1906, em 1905 foram-lhe confiadas as funções de Cônsul-geral), Valter von Guk (1907). Em 1908 o Consulado da Rússia na Capital portuguesa foi elevado à categoria de Consulado-geral, chefiado por Mihaíl Ustinov, mas depois da proclamação da república esta instituição representativa voltou, em 1911, à sua categoria consular anterior. Em 1912 o Cônsul era Nikolay Struve.

Em 1913 a Missão era dirigida por Petr Botkin, último Ministro Plenipotenciário russo em Portugal ante a revolta de Outubro. Anteriormente, P. Botkin já esteve em Portugal, em 1900 ele tinha o cargo de Primeiro Secretário na representação diplomática da Rússia em Lisboa. Porém, na véspera da Primeira guerra Mundial esta nomeação foi para ele, um intelectual de ideias independentes, que aspirava ser, como se dizia então,



Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P — Fax 354 09 03
Lic. DGT n.º 378/83

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P — Fax 200 25 02



UMA
QUESTÃO
DE QUALIDADE

«companheiro» (vice-ministro) do Exterior, uma espécie de des-terro honorífico. A causa foi a sua orientação pro-alemã, muito pouco popular na Rússia daquele tempo. Petr Botkin era filho de Sergey Botkin, famoso médico e cientista russo, e irmão do infeliz Evgeny Botkin (médico pessoal do Imperador Nikolay II), cruelmente assassinado pelos bolcheviques em Julho de 1918 em Ekaterinburg junto com a família do czar.

Simultaneamente com P. Botkin começou a trabalhar como Cônsul Alexandr Mokeev. Em 1914 ele abandonou Portugal, deixando o seu cargo ao Vice-Cônsul Dmitry Laxmann, filho do Cônsul Alexandr Laxmann, que tinha ocupado este posto durante muitos anos na segunda metade do século anterior. Em 1915-1916 Dmitry Laxmann trabalhava já na qualidade de Cônsul.

A parte mais extensa e valiosa dos materiais dos representantes russos em Portugal é composta de relatórios dirigidos por eles a São Petersburgo, e também aos diplomatas do Império Russo residentes em Londres, Paris e outras capitais europeias. Os materiais pertencentes ao século XVIII e quase todo o século XIX são escritos em francês (até meados dos anos 80), a língua dos posteriores é o russo. Há também numerosos documentos em português, enviados em anexo. A temática destes relatórios é de carácter universal, pois eles contêm notícias referentes à política, economia, comércio, cultura, imprensa, vida quotidiana, homens importantes, e muitas coisas mais, que podem ser de grande interesse para um historiador. Os materiais de Borel, melhor estudados, comprovam-no de uma maneira evidente, mas é claro que o valor dos relatórios como fonte histórica depende, em grande medida, das qualidades pessoais do autor — diplomata ou cônsul, do seu zelo, da sua instrução, cultura, amor ao trabalho, das relações que ele conseguia estabelecer no país, da diversidade e seguridade das fontes de informação. O esmero com que eram preparados os relatórios e o volume de notícias que eles continham mostra, por exemplo, o facto seguinte. A 17 de Fevereiro de 1821 Borel comunicou a Nesselrode que ele tinha enviado ao Ministro Plenipotenciário russo na França Carl Pozzo di Borgo o projecto da Constituição portuguesa e as biografias de 100 deputados das Cortes, recebidas de «fontes segurísimas». A cópia foi dirigida, também, é claro, ao Ministério russo de Negócios Estrangeiros.

O arquivo em que se guardam estes documentos tem uma história complicada. No reinado de Pedro I em Moscovo foi fundada a Chancelaria de Campanha das Embaixadas (Posolskaia Pohodnaia Kantselaria). Esta instituição é mencionada por primeira vez em 1702. Desde 1709 ela passou a denominar-se Chancelaria das Embaixadas (Posolskaia Kantselaria) e no ano seguinte foi transferida a São Petersburgo. Em 1716 esta instituição recebeu o nome de Colégio das Embaixadas (Posolskaia Kollegia), desde 1719 começou a chamar-se Colégio dos Negócios Estrangeiros (Kollegia Inostrannyh Del, KID *).

Até 1781 todo o arquivo da KID guardava-se em Moscovo. Depois ele foi dividido em duas partes. Toda a correspondência do Departamento das Embaixadas (Posolsky Prikaz) do século XVII, e também alguns documentos mais antigos, que casualmente ficaram intactos no tempo da intervenção polonesa, no começo dos anos 1600, continuaram em Moscovo, e os documentos da época posterior foram concentrados em São Petersburgo.

Em Setembro de 1802 estabeleceu-se o Ministério de Negócios Estrangeiros (Ministerstvo Inostrannyh Del, MID), mas a KID continuou a funcionar no seu quadro até 1832. Nos anos 1802-1832 a KID desempenhava o papel do arquivo principal do MID em São Petersburgo. Desde 1834 os documentos referentes à política externa da Rússia guardavam-se em dois arquivos: no

Arquivo Principal de Moscovo (até 1801) e no Arquivo Principal de São Petersburgo (desde 1801). A partir de 1864, no tempo de A. Gorchakov, o arquivo do MID de São Petersburgo começou a denominar-se Arquivo Estatal e Principal de São Petersburgo.

Nos tempos do Poder Soviético, em resultado de toda uma série de reorganizações, em 1946, os materiais de KID e MID referentes aos anos 1721-1917 foram reunidos em Moscovo no quadro da instituição denominada hoje Arquivo de Política Externa do Império Russo (Arhiv vneshney Politiki Rossiyskoy Imperii — AVPRI) do Departamento Histórico-documental do MID da Federação Russa, que se encontra na rua Bolshaya Serpuhovskaia, 15. Milhares de relatórios dos diplomatas e cônsules russos acreditados em Portugal, ainda não aproveitados, na sua maioria, para as pesquisas científicas, concentram-se, principalmente, em dois fundos do AVPRI: «Relações entre Rússia e Portugal» e «Chancelaria do Ministério de Negócios Estrangeiros». No primeiro guardam-se documentos do século XVIII, no segundo do século XIX — começo do XX.

Pensamos que seria muito importante para os historiadores de Portugal e da Rússia começar o estudo e a publicação destes documentos no quadro de um programa especial. O nosso programa deveria prever também a busca e a publicação de relatórios dos diplomatas e cônsules portugueses acreditados na Rússia no mesmo período (séculos XVIII-XIX). Esta iniciativa científica poderia elevar a um nível mais alto a colaboração dos historiadores dos nossos países, formando a base para uma intensa actividade científica em comum.

Endereço para contactos: Prof. Dr. Boris N. Komissarov, Chefe do Departamento da História Moderna e Vice-presidente do Centro de Estudos Luso-Brasileiros, Faculdade da História da Universidade Estatal de São Petersburgo, Mendeleevskaia Linia, 5, 199034, São Petersburgo, Rússia.

Boris N. Komissarov
Svetlana G. Bojkova

NOTA DA DIRECÇÃO:

Neste número 33 de «Roteiros» publicamos dois artigos sumamente interessantes e que nos foram enviados da Universidade «Pedro» de S. Petersburgo.

«Poesia Galega en Tradicions Rusas» da Prof.^a Dr.^a e Académica da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Dr.^a Elena Golubeva e Prof.^a Dr.^a Elena Zernova.

É a primeira vez que «Roteiros» publica um trabalho dessa natureza.

O outro artigo é relativo ao Arquivo Diplomático da Rússia, como fonte da História de Portugal dos séculos XVIII e começo do XIX, da autoria do Prof. Dr. Boris N. Komissarov, Catedrático da Faculdade de História de S. Petersburgo e da Prof.^a Dr.^a Svetlana G. Bojkova da mesma faculdade.

A Direcção de «Roteiros» agradece esta colaboração e espera pelo envio de outros trabalhos.

* As abreviaturas são formadas com as letras iniciais das denominações russas.

X FORUM UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS EUROPEUS COMEMORATIVO DA CHEGADA DE VASCO DA GAMA AO ORIENTE

GOA — 25/3/99 A 2 DE ABRIL DE 1999

Seguindo a metodologia já seguida nos 9 Foruns já realizados, a Comissão Organizadora do X Forum Universitário de Estudos Europeus projectou, preparou e realizou nos passados dias 4 e 5 de Novembro o Seminário de frequência obrigatória para estudantes do Colégio Universitário Pio XII e de Lisboa, que desejem candidatar-se à participação do X Forum que terá lugar em Goa de 25 de Março a 2 de Abril de 1999.

As sessões de trabalho realizadas em 4 e 5 de Novembro no Salão de Cinema do Colégio Universitário Pio XII tiveram uma frequência de 150 a 160 estudantes e foram de alto nível cultural.

Na noite do dia 4 de Novembro tivemos a honra e a colaboração dos que trataram o tema «Goa a Roma do Oriente e Capital da Cultura Portuguesa»: Prof. Doutor Narana Coissoró, Prof. Dr. Luís Tomé, Prof. Doutor António Carmo e Prof. Doutor António Marques Bessa.

Na noite do dia 5 abriu a sessão o Director do Departamento Cultural do Colégio Universitário Pio XII Pe. Joaquim António de Aguiar, que expôs a Nova Metodologia Missionária dos Padres Jesuítas, seguindo-se as lições dos Prof. Doutores Vasco Pereira da Silva, antigo estudante do Colégio Universitário Pio XII, encerrando o Seminário o Prof. Doutor Adriano Moreira.



Mesa da presidência da noite de 4/11/98

Está de parabéns a Comissão Organizadora do X Forum Universitário de Estudos Europeus.

Lisboa, 6 de Novembro de 1998

Pe. Joaquim António de Aguiar



NOSSA SENHORA E O MENINO JESUS

A Direcção do Instituto D. João de Castro faz os melhores votos por um Santo Natal de 1998 para todos os seus sócios, amigos e leitores e um Feliz ano de 1999 — fim do 2.º Milénio cristão.